

## DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE FONTE DE RENDA FORMAL

Eu, \_\_\_\_\_ (nome do requerente),  
portador do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado

\_\_\_\_\_, venho, por meio desse  
requerimento, manifestar acerca do recebimento ou não de outra fonte de renda formal nos termos do Art. 79,  
§ 7º da Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 32/2021. Dessa forma, declaro que:

( ) Tenho outra fonte de Renda Formal;

( ) Não tenho outra fonte Renda Formal.

OBS.: Cumpre-se salientar que, mesmo após a concessão do benefício, o beneficiário deverá comunicar a esse Instituto de Previdência sempre que houver qualquer alteração da sua condição declarada, vejamos a seguir:

Exemplo 1: Se o beneficiário no momento do requerimento do benefício de pensão por morte preencheu essa declaração afirmando não possuir outra fonte de renda formal e após a sua concessão passou a obter, deverá comunicar ao IPM-JP a mudança da condição declarada;

Exemplo 2: Se o beneficiário no momento do requerimento do benefício de pensão por morte preencheu essa declaração afirmando possuir outra fonte de renda formal e após a sua concessão deixou de obter, deverá comunicar ao IPM-JP a mudança da condição declarada.

“Art. 79, § 7º da ELO 32/2021 (...) “Observado o disposto no §2º do Art. 201 da Constituição Federal, quando se tratar da única fonte de renda formal auferida pelo dependente, o benefício de pensão por morte será concedido observando-se as mesmas regras aplicáveis aos servidores da União quanto ao rol de dependentes, perda da qualidade de beneficiário, bem como os demais critérios e requisitos, aos dependentes dos segurados do regime próprio e previdência social municipal, enquanto não sobrevier lei de iniciativa do chefe do poder executivo municipal, de que trata o Art. 7º do Art. 40, da Constituição Federal.”

A declaração falsa ou diversa de fato ou situação real ocorrida, além de obrigar à devolução de eventuais importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-me-á às penalidades previstas nos arts. 171 e 299 do Código Penal.

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e identificação do(a) requerente ou representante legal